

política

Mais de 80 deputados trocam de sigla na janela

Partido União Brasil foi o que mais perdeu cadeiras na Câmara Federal



A janela partidária encerrada no sábado, 4 de abril, fez com que pelo menos 85 dos 513 deputados federais trocassem de partido. Nessa dança de 17% das cadeiras, o União Brasil é o maior perdedor. A sigla que mais atraiu parlamentares, por sua vez, foi o PL, conforme já apontava a prévia de mudanças registradas até a semana anterior.

O União Brasil, que nasceu da fusão do antigo DEM com o PSL, elegeu a terceira maior bancada da Câmara na eleição de 2022, garantindo 59 cadeiras. Agora, chega ao fim da janela partidária com 16 deputados a menos em suas fileiras.

Dois pontos explicam a debandada: a federação com o PP, que fez com que integrantes da legenda perdessem poder nos estados, e a sobrevivência eleitoral da ala mais bolsonarista da sigla. Nesse sentido, 9 deputados deixaram o União rumo ao PL, para terem o “22” em seu número de urna.

Já o PL do senador Flávio Bolsonaro (RJ), que é pré-candidato à Presidência da República, foi quem mais ganhou com a janela partidária. A sigla de oposição elegeu 99 deputados em 2022, mas foi perdendo quadros aos poucos por desentendimentos dentro da própria direita ou para se aproximar do governo Lula (PT).

A sigla chegou a cair para 87



Câmara dos Deputados ganhou uma nova composição em abril

deputados. Agora, pela parcial apresentada ao fim da janela, o PL conseguiu atrair 13 parlamentares e ultrapassou seu tamanho original.

Outro partido que cresceu na Câmara foi o PSD de Gilberto Kassab. A sigla se tornou a terceira força da Casa, perdendo 7 deputados e atraindo 14, tendo um saldo positivo de 7 cadeiras. Sua bancada chega a 54 integrantes.

O PDT, por sua vez, perdeu 4 deputados e teve sua bancada encolhida para 13 membros. O Podemos atraiu 5 parlamentares, chegando a 21, acima do PSDB, que ressurgiu das cinzas e agora conta com 18 representantes na Câmara.

O caso do Podemos e do PSDB é parecido. Ambas as siglas carecem de lideranças regionais, mas possuem uma estrutura partidária consolidada. Dessa forma, são atrativas para parlamentares que

desejam controlar uma legenda em seu estado sem precisar fazer uma disputa interna ou dividir poder.

Para os partidos da base do presidente Lula pouco mudou. Não houve troca informada no PT até o momento, e os demais partidos que compõem a federação com a sigla, o PV e o PCdoB, informaram ter ganhado um deputado cada. Atualmente, essa aliança, que na prática faz as legendas funcionarem como uma só na eleição, conta com 87 cadeiras na Câmara.

Há um caso curioso, porém, no PSB. O partido até o momento informou ter perdido 2 deputados, mas a situação deve mudar com a consolidação dos dados por causa da filiação do senador Rodrigo Pacheco (MG). Esperava-se que deputados da base dele migrassem para o PSB.

Nova reunião discute candidatura do PT ao Piratini

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

No começo desta semana, haverá uma reunião dos dirigentes dos partidos que apoiam a pré-candidatura do petista Edegar Pretto ao governo do Rio Grande do Sul. Essas siglas são PT, PSOL, Rede, PCdoB, Partido Verde e PSB.

“Na minha opinião, será reafirmada perante os nossos dirigentes nacionais, não só do PT, mas das legendas que estão comigo, a nossa pré-candidatura”, prevê Pretto. Ele salienta que não há um prazo determinado para a “batida de martelo”, porém até o início de julho precisa haver uma

definição sobre a candidatura.

Pretto diz que há um diálogo permanente entre os dirigentes do PT no Estado e no País, que vão montando os palanques estaduais, em prol da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “E aqui no Rio Grande do Sul tem um pedido, um desejo do PDT, de ter a Juliana Brizola como cabeça de chapa”, lembra Pretto.

No entanto, ele sustenta que a melhor estratégia para promover a candidatura de Lula no Estado é a amparada pelos seis partidos que defendem Pretto como candidato a governador do Rio Grande do Sul.

“O meu desejo, o desejo dos

nossos seis partidos, é que o PDT, que está sozinho numa pré-candidatura, venha caminhar conosco já no primeiro turno. Mas, na eleição existem dois turnos justamente para isso, se não for possível estar todos unidos no primeiro turno, será possível no segundo”, argumenta.

O PDT insiste em ter a cabeça de chapa e há pressões do comando nacional do PT para que Pretto abra mão de sua candidatura.

Pretto participou na sexta-feira da 67ª encenação da Paixão de Cristo do Morro da Cruz, em Porto Alegre, quando foi ouvido pela reportagem sobre o cenário eleitoral.

Onze governadores renunciam para disputar eleições de outubro

Onze governadores renunciaram aos cargos para disputarem as eleições de outubro de 2026.

Ronaldo Caiado (PSD-GO) anunciou, na semana passada, que é pré-candidato à Presidência da República. Romeu Zema (Novo-MG) também deixou o cargo após dois mandatos consecutivos e sinalizou que deve ser candidato à Presidência, mas ainda não formalizou sua pré-candidatura.

Nove governadores saíram do cargo e pretendem disputar uma vaga no Senado. São eles: Gladson Cameli (PP-AC); Wilson Lima (União-AM), Ibaneis Rocha (MDB-DF), Renato Casagrande (PSB-ES); Mauro Mendes (União-MT); Helder Barbalho (MDB-PA), João Azevêdo (PSB-PB) e Antonio Denarium (PP-RR). O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) também renunciou para disputar uma cadeira no Senado. No entanto, Castro foi condenado, no mês passado, à inelegibilidade até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nove governadores vão disputar a reeleição: Clécio Luís (União-AP); Jerônimo Rodrigues (PT-BA);

Elmano de Freitas (PT-CE); Eduardo Riedel (PP-MS); Raquel Lyra (PSD-PE); Rafael Fonteles (PT-PI); Jorginho Mello (PL-SC); Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Fábio Mitidieri (PSD-SE).

Sete governadores decidiram completar o mandato e não renunciaram para disputar algum cargo nas eleições. Eles já cumpriram dois mandatos consecutivos. São eles: Paulo Dantas (MDB-AL); Carlos Brandão (Sem partido-MA); Ratinho Junior (PSD-PR); Fátima Bezerra (PT-RN); Eduardo Leite (PSD-RS), Marcos Rocha (PSD-RO) e Wanderlei Barbosa (Republicanos-TO).

Governadores que vão disputar outros cargos

- Ronaldo Caiado (PSD-GO)
- Romeu Zema (Novo-MG)
- Gladson Cameli (PP-AC)
- Wilson Lima (União-AM)
- Ibaneis Rocha (MDB-DF)
- Renato Casagrande (PSB-ES)
- Mauro Mendes (União-MT)
- Helder Barbalho (MDB-PA)
- João Azevêdo (PSB-PB)
- Antonio Denarium (PP-RR)
- Cláudio Castro (PL)

Claudinha Jardim é a nova prefeita de Guaíba após Maranata renunciar

A professora Claudinha Jardim (PL), que ocupava o cargo de vice-prefeita, assumiu o cargo de prefeita de Guaíba. Ela passou a exercer o comando do Executivo municipal após a renúncia de Marcelo Maranata (PSDB) neste sábado, 4 de abril, no último prazo legal para desincompatibilização, ou seja, 180 dias antes das eleições de 2026. Maranata é pré-candidato e deseja concorrer ao governo do Rio Grande do Sul.

Titular do Executivo em exercício, Claudinha terá a solenidade oficial de posse como prefeita

de Guaíba amanhã, 7 de abril, às 17h30min, na Câmara Municipal de Guaíba.

Em postagem no Instagram, Claudinha falou sobre a responsabilidade de conduzir a cidade. “Carrego comigo a linhagem de Gomes Jardim e o dever sagrado de servir a cada guaibense no marco no nosso centenário. Estou pronta para assumir esse trabalho, que se renova com o olhar voltado ao futuro e ao cuidado com a nossa gente”, disse no texto. Ela deve ficar no cargo por 2 anos e 9 meses, já que o mandato vai até 2028.

Antes vice, Nestor Bernardes é o novo prefeito de Sapucaia do Sul

/ PREFEITURAS

Nestor Bernardes (União Brasil) é o novo prefeito de Sapucaia do Sul. Até então vice, ele assumiu o comando do Executivo em cerimônia realizada no dia 31 de março, na Câmara Municipal de Vereadores. Fica no lugar do então titular Volmir Rodrigues (PP), que estava em seu segundo mandato

e renunciou ao cargo de prefeito para concorrer a deputado estadual nas eleições de outubro de 2026.

O novo prefeito de Sapucaia do Sul pretende dar continuidade à administração, com uma gestão com foco na qualidade, na transparência e na responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Ele terá ainda 2 anos e 9 meses de gestão.